



ISSN 1984-5634

DOSSIÊ

EFEITOS DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985) NO POVO INDÍGENA XAKRIABÁ

Effects of Capitalist Development During the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985) on the Xakriabá Indigenous People

DANIELLE BATISTA OLIVEIRA¹

RESUMO

O presente artigo tem por intuito analisar como as políticas econômicas da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), influenciadas pela expansão capitalista global, impactaram o povo Indígena Xakriabá. No período, os povos indígenas eram considerados empecilhos às diretrizes econômicas voltadas à modernização e ao desenvolvimento. O povo Xakriabá está localizado no noroeste do estado de Minas Gerais, portanto a análise se concentra no contexto regional, em especial no estudo dos projetos Planoroeste I e II, que visavam promover o desenvolvimento capitalista na região por meio de medidas destinadas à infraestrutura e expansão agrícola. Outro aspecto discutido são os efeitos que a implementação dos planos promoveu ao povo Xakriabá, com destaque aos efeitos territoriais, socioculturais e ambientais. A pesquisa fundamenta-se na análise de documentos oficiais, como os planos diretores e relatórios de avaliação do Planoroeste I e II, no relatório da Comissão da Verdade de Minas Gerais de 2017 e em bibliografia especializada, com destaque para a tese de Juliana Ventura de Souza Fernandes.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Política desenvolvimentista; Xakriabá.

ABSTRACT

This article aims to analyze how the economic policies of the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985), influenced by global capitalist expansion, impacted the Xakriabá Indigenous people. The national economy during the Dictatorship was characterized by the call for modernization and development, in this sense indigenous peoples represented an obstacle to the implementation of economic projects aimed at the interior. The Xakriabá people are located in the northwest of the state of Minas Gerais, therefore the analysis focuses on the regional context, in particular on the study of the "Planoroeste I and II" economic development projects, which aimed to promote capitalist development in the northwest of Minas Gerais through measures for infrastructure and agricultural expansion. Another aspect to be discussed is the effects that the implementation of economic plans had on the Xakriabá people, with emphasis on territorial, sociocultural and environmental effects.

KEYWORD: Military Dictatorship; Developmental policy; Xakriabá.

GERÊNCIA EDITORIAL:

Bruna Cristina Oliveira Pupe
Pedro Haas Zanotto

SUBMETIDO: 20/02/2025

ACEITO: 23/06/2025

COMO CITAR:

OLIVEIRA, D. B. Efeitos do Desenvolvimento Capitalista Durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) no Povo Indígena Xakriabá. *Aedos*, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 205-223, jan.-jun., 2025.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e bolsista FAPESB. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0008-9155-9999>. E-mail: histdaniellebatista@gmail.com

Esta pesquisa tem como propósito estudar o povo indígena Xakriabá durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), analisando a política econômica desenvolvimentista que remodelou o espaço rural brasileiro, atentando ao modo como o povo Xakriabá é afetado por tais questões. Os povos indígenas no Brasil têm sido historicamente submetidos a processos de violência e expropriação desde o início da colonização europeia, sendo que no período tratado esse quadro atingiu um de seus momentos mais alarmantes, que se deu pela intensificação das violações de direitos, remoções forçadas, destruição de territórios e projetos de desenvolvimento que desrespeitaram o seu modo de vida tradicional. De acordo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014) cerca 8.500 indígenas foram assassinados por ação direta ou indireta do Estado.

O presente trabalho se debruça em analisar os efeitos da política ditatorial sobre o povo indígena Xakriabá, localizado no noroeste mineiro. Ao decorrer da ditadura, o povo Xakriabá não possuía sua indianidade reconhecida pelo Estado e, por conseguinte, não acessou os direitos destinados aos povos indígenas, em especial a garantia da demarcação das terras por eles ocupadas. Para eles, o significado atribuído a território compreende vastos elementos da sua cosmovisão, tratando de uma relação de interdependência e pertencimento com tudo aquilo que o compõe. Portanto, alterações territoriais surtem efeitos profundos em seus corpos, cultura e modo de existir (Xakriabá, 2018).

Durante o período ditatorial, o estado de Minas Gerais, atrelado à política econômica nacional, formulou planos integrados de desenvolvimento para o noroeste mineiro, visando uma modernização regional. Destaque para o PLANOROESTE I e PLANOROESTE II, planos desenvolvimentistas que tinham como objetivo transformar o espaço rural, moldando-o de acordo com os interesses econômicos do período. Implementado entre o final da década de 1960 e o início da década de 1980, o projeto afetou as terras tradicionalmente ocupadas pelo povo Xakriabá, as quais eram classificadas pelo estado de Minas Gerais como terras devolutas.

A realização desses planos acarretou alterações substanciais no território Xakriabá e provocou uma série de violências contra os povos indígenas. O golpe e a Ditadura Militar se apoiaram no discurso anticomunista e anticorrupção e na promessa de solucionar a crise econômica do início da década de 1960. Todavia, o principal motivador de tal ação é a abertura do país para a nova estrutura do capital internacional, o deixando à mercê das forças imperialistas que atuavam (e atuam) sobre a América Latina. Isso se dá por meio da aliança entre militares da alta patente junto à burguesia interna e externa. Não se trata, assim, de uma Ditadura com ideologia e operação puramente militar, mas sobretudo de uma Ditadura em prol dos interesses capitalistas (Lowy, 1979).

Após o início da Ditadura, o país passa por uma série de reformas administrativas, com o intuito de facilitar e garantir a aplicação da política econômica a ser desenvolvida. Foram criados diversos órgãos e secretarias, além da reformulação de órgãos já existentes, tanto no âmbito federal quanto estadual. Os objetivos dessas ações são rigidamente definidos: modernizar o aparelho público junto a setores privados, criar uma nova política econômica e garantir sua execução por meio de um regime autoritário.

A economia da Ditadura perpassa pelo interesse do desenvolvimento econômico junto aos interesses do capitalismo global, assimilação que ocorreria através de uma política de planejamento integradora. Além disso, a industrialização e o aprimoramento do setor agrário era algo essencial a ser alcançado. Diante disso, a Ditadura é marcada pelo avanço para o interior, a construção de grandes obras e o forte discurso de segurança contra os opositores, regida pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), instrumento ideológico utilizado para justificar o autoritarismo e repressão como modo de defesa contra as ameaças internas e externas.

Assim, tudo e todos que representassem algum entrave ou contrariedade ao regime e aos seus objetivos seriam entendidos como inimigos a serem combatidos. Quanto a isso, os povos indígenas tornaram-se um dos principais obstáculos às políticas agrárias de desenvolvimento econômico da Ditadura.

A primeira parte do texto se concentra nas questões econômicas referentes ao período ditatorial, analisando a questão agrária e as particularidades de Minas Gerais e da elaboração e implementação dos planos econômicos na região. Já a segunda parte é destinada aos efeitos de tais medidas para o povo Xakriabá, separado em três aspectos principais: territorial, sociocultural e ambiental.

POLÍTICA ECONÔMICA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

A Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) foi caracterizada pelo autoritarismo e repressão política, mas também por profundas transformações econômicas. Ademais, a Ditadura não corresponde a um evento isolado, mas, se insere em um amplo contexto geopolítico motivado por interesses capitalistas, sobretudo estadunidenses, para o Cone Sul em referência à expansão do capitalismo global. O regime ditatorial implica na atuação dos militares em paralelo aos componentes do capital internacional por meio dos grandes conglomerados que passaram a atuar na economia interna. A Militarização do Estado não consiste então na passagem do *puramente militar* ao *político*, mas no extravasamento das forças armadas sobre o conjunto do aparelho do Estado (Lowy, 1979).

Desse modo, não é apenas a tomada do Estado por parte dos militares e o fim de um regime político em detrimento do outro, mas é sobretudo um período de remodelação nas estruturas sociais, políticas e econômicas, a fim de construir uma estrutura política estável que possibilitasse a realização dos empreendimentos do capitalismo internacional e inserir o Brasil nesse panorama (Napolitano, 2014).

O período ditatorial é marcado por intensa violência sistêmica e institucionalizada legitimada pelo Estado, a qual se manifesta em diversas formas que não estão isoladas, mas correspondem em conjunto a meios para a execução dos planos econômicos e garantir a funcionalidade do sistema. A violação dos direitos humanos, sociais, políticos, culturais e territoriais é justificada pelo discurso de segurança nacional sob a égide da ideologia burguesa. À luz da concepção de Estado formulada por Vladimir Lênin, segundo a qual “o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes” (Lênin, 2011, p. 38), observa-se que, durante a ditadura, esse processo de dominação alcançou um grau ainda mais elevado.

Como posto, não se trata de um processo único no cenário brasileiro, e sim compõe um conjunto que se repete em outros países da América Latina e reitera a relação de dependência desses países com as potências imperialistas. Cabe destacar que a burguesia industrial interna se apresenta conveniente a esse movimento. Tal feito se dá pela incapacidade dessa burguesia estruturar, por si, um projeto econômico e político, se adequando, assim, historicamente, ao que é favorável aos países centrais – no período colonial, as metrópoles, e atualmente, aos centros imperialistas. Diante disso, Octavio Ianni formula que

Assim como a dependência estrutural implica a formação de grupos sociais parasitários, provoca também a emergência de tensões e contradições sociais entre grupos componentes da própria classe dominante. Essa é uma das razões por que a classe dominante na sociedade dependente, parece sempre ambígua, ideologicamente descaracterizada, incapaz de formular projetos próprios além do nível conjuntural. Por isso é que ela está sempre apta e disposta a submeter-se à liderança política, militar, econômica, e intelectual dos Estados Unidos. (Ianni, 1988, p. 152)

Quanto à política econômica do período, Ianni (2019) destaca diferentes fases que compõem a sua estrutura, afinal, não se trata de um transcurso linear e imutável, mas sim de um regime composto por particularidades. Todavia, é característica geral da Ditadura a Economia de Planos, na qual a economia é gerida por meio de planejamentos em que os sistemas produtivos e os estados são guiados pelas estratégias e objetivos da economia nacional. Nesse sentido, João Paulo Siqueira Carvalho (2020) defende que tanto a agenda política quanto a agenda econômica da ditadura estava sendo direcionada pelos interesses capitalistas.

Destaco entre os planos referentes ao planejamento econômico federal da Ditadura: o Programa de Ação Econômico do Governo (PAEG, 1964-1967); o Programa de Desenvolvimento Interno (PED, 1968-1970); o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, 1972-1974); o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-1979) e o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND, 1980-1985).

Ianni aponta que “se tratava de fortalecer o aparelho estatal – basicamente o Poder Executivo – de modo a favorecer, orientar e dinamizar a acumulação privada do capital” (Ianni, 2019, p. 27). Reiterando essa ideia, Carvalho aponta que “os Programas Governamentais do período da Ditadura Militar, materializaram-se na relação entre o Estado, a burguesia nacional e o capital estrangeiro” (Carvalho, 2020, p. 70).

No primeiro momento, durante o Governo de Castelo Branco, referente aos anos 1964-1966, o intuito era promover a estabilidade financeira e criar as bases para os anos seguintes, tendo como lema “segurança e desenvolvimento”, e o I PND foi utilizado como guia econômico. Nesse sentido, Ianni define

Segurança, no sentido de “segurança interna”, envolve o controle e a repressão de toda organização e atividade política das classes assalariadas, para que o capital monopolista tenha as mãos livres para desenvolver a acumulação. E desenvolvimento, no sentido de florescimento das “forças do mercado”, com a “predominância da livre empresa no sistema econômico”. (Ianni, 2019, p. 31)

A partir de 1967 os interesses do governo estão destinados a consolidar sua estrutura de poder, planejar o crescimento econômico e intensificar a participação do Estado na economia junto do setor privado. Nesse momento, o discurso de desenvolvimento econômico e social passou a fazer parte da agenda política da Ditadura, e o PED, plano econômico do período, se concentra em diagnosticar a economia brasileira para, a partir disso, promover as estratégias econômicas ligadas ao desenvolvimentismo. De acordo com Carvalho (2019), o discurso de desenvolvimento passou a ser atrelado à segurança nacional. Assim, o progresso técnico passou a ser priorizado pelos militares para justificar e assegurar essa segurança (Carvalho, 2019, p.3).

Ainda no período, as programações econômicas foram formuladas considerando um recorte temporal a longo prazo, como o caso do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social,

que compreendia de 1967 a 1976. O plano envolvia as administrações de âmbito federal, estadual e municipal, e seu ofício dividia em programar e pôr em prática *orçamentos de formação de capital*, atentando aos investimentos em setores de atuação de empresas privadas (Ianni, 2019).

Dentro desse recorte, os anos de 1968-1970 acirram o comprometimento do Estado com os setores privados. No período, diversos estudos e diagnósticos são formulados e posteriormente utilizados para planejamentos de programas econômicos. A partir de 1970 o nível de violência e exploração é acentuado, e simultâneo a isso há a propaganda de milagre econômico. Os grandes planos econômicos em diversos setores da economia são colocados em prática se sustentando nos passos dados anteriormente. Quanto a isso, Carvalho aponta que

A promulgação do AI-5, no final de 1968, intensificou o aparato repressivo exercido pelo Estado, o que facilitou a implantação do programa econômico do governo, o PED, e a implantação de programas posteriores como o Metas e Bases para a Ação de Governo, o I Plano Nacional de Desenvolvimento e II Plano Nacional de Desenvolvimento, conforme será discutido posteriormente. (Carvalho, 2020, p. 43)

A partir de 1973, em especial no decorrer do governo de Ernesto Geisel entre 1974-1979, houve um confronto entre o discurso e a aplicação prática. Enquanto a narrativa ditatorial seguia o esplendor dos anos iniciais da década, a realidade social se agravou para a maior parte da população. A crise do capitalismo internacional, entretanto, não alterou a política econômica desempenhada no país.

Por último, ao fim do regime de Geisel houve a formulação do III PND, seu enfoque direcionado ao combate da inflação e tentativa de redução da dívida externa. Ao mesmo tempo, ocorria a desestatização da economia e o favorecimento das empresas privadas. Quanto a isso, Ianni destaca

O capital monopolista conseguiu mais uma vitória: o governo lhe garantiu a continuidade da proteção econômica e política, ao mesmo tempo que tratou de reduzir a proteção ao setor produtivo estatal, inclusive acenando com a possibilidade de transferir empresas estatais para o setor privado. (Ianni, 2019, p. 41)

Em quesitos gerais, a Ditadura Militar alcançou crescimento econômico significativo, construiu grandes empreendimentos e ampliou o desenvolvimento em diversas áreas. Contudo, os trabalhadores urbanos e rurais, assim como minorias étnicas e demais povos tradicionais, não foram favorecidos; longe disso, o que se percebe é o agravamento das condições que lhes são impostas e a intensificação dos conflitos de classe.

Ainda no que diz respeito aos aspectos econômicos, o sociólogo Octavio Ianni (1979) chama atenção para o discurso marcado pelo apelo ao desenvolvimentismo e ao rompimento e superação daquilo que é considerado arcaico. De tal modo, por mais que a industrialização seja incentivada, não há um encerramento do setor agropecuário, ao contrário, há a indução de uma política econômica agrária que remodele o campo brasileiro e o torne condizente com os objetivos do período.

Nesse sentido Ianni destaca que “para explicar a Ditadura instalada no Brasil, desde 1964, é também indispensável compreender como se realizam e modificam suas relações com a sociedade agrária; como a sociedade agrária também constitui a ditadura” (Ianni, 1979, p. 11). Assim, é por meio de crédito rural, subsídios, incentivos fiscais etc., que o projeto de desenvolvimento capitalista do campo vem a ser estruturado, como aponta Coletti (2006).

Posto tais questões, o meio rural brasileiro passou por profundas transformações promovidas pelo Estado aliado aos interesses privados para adequá-lo à nova dinâmica econômica. Essas mudanças afetaram em escalas exponenciais os sujeitos que nele residem, sobretudo os povos indígenas, quilombolas, posseiros e camponeses cujos modos de vida tradicionais são incompatíveis com a lógica capitalista, conforme pontua Oliveira (1994).

Diante disso, é preciso situar o Brasil no contexto da chamada Revolução Verde, movimento iniciado e liderado pelos Estados Unidos no período pós-Segunda Guerra Mundial sob a justificativa de combater a fome global. Na prática, tal iniciativa funcionou como instrumento de expansão do controle dos países centrais sobre o desenvolvimento agrícola dos países periféricos. Michell Tolentino pontua que “assim, os Estados Unidos lideravam a corrida para prover os países ‘subdesenvolvidos’ de desenvolvimento. Tudo ocorre como se os ‘pobres países pobres’ necessitassem da ajuda do grande ‘amigo’ do norte.” (Tolentino, 2016, p. 95)

A partir de então, um novo modelo foi implementado na agricultura brasileira e mundial, caracterizado pela adoção de maquinários, insumos químicos, sementes modificadas, fertilizantes, entre outros elementos, majoritariamente fornecidos pela indústria internacional. Importa destacar, contudo, que tal processo não promoveu alterações nas estruturas sociais do meio rural: a histórica concentração fundiária no Brasil permaneceu intacta. Por essa razão, essa dinâmica passou a ser denominada de “modernização conservadora”. Nesse sentido, Selma de Fatima Santos afirma que

Dessa maneira a modernização proposta ficou conhecida como “modernização conservadora”, porque conservou a estrutura agrária brasileira com base na concentração da terra em latifúndio, na exploração do trabalho e trouxe consigo problemas e consequências desastrosos devido ao modelo tecnológico, como é o caso dos agrotóxicos, do adubo sintético, da transgenia, das nanotecnologias, bem como, alterações naturais do solo e ambiente (Santos, 2019, p. 46)

A expansão agrícola tornou-se fator central do desenvolvimento econômico. Defendia-se que, a partir do retorno do desenvolvimento rural, os demais setores iriam se ampliar. Desse modo, Rodrigo Valverde Beitum (2012) declara que o setor agrícola seria o propulsor da industrialização nacional. Nos dois primeiros anos do regime, alguns grupos que compunham o governo entendiam a reforma agrária como essencial para promover as mudanças desejadas. Entretanto, no governo de Artur da Costa e Silva, a partir de 1967, havia contrariedade a isso e a temática não mais foi discutida. Um dos principais opositores à reforma agrária era o então ministro da fazenda Delfim Netto.

A Lei nº 4.829, promulgada em novembro de 1965, institucionaliza o crédito rural através da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), e é tido como o marco inicial da renovação agrária que viria a acontecer. Assim, Beitum explica que

A relevância da Lei de Crédito Rural reside basicamente em três fatos: como fonte de estímulo à implantação e desenvolvimento de uma importante indústria interna de insumos e equipamentos agrícolas; como elemento facilitador da formação dos complexos agroindustriais, hoje predominantes no país, e como componente que proporcionou a aceleração do desenvolvimento do setor agrícola. (Beitum, 2012, p. 64)

Quanto aos incentivos creditícios e subsídios que se tornaram base da política de modernização do campo, esses eram privilegiadamente destinados às grandes fazendas e agroindústrias.

Mauro Oliveira Pires (2000) aponta que a justificativa para tal é a melhor adequação das beneficiadas dentro do SNCR para alcançar o que estava sendo promovido pelo governo, e essa ação favorece o processo de concentração de terras.

O objetivo a ser alcançado era expandir a produtividade do setor agrícola, estimular a exportação, ocupar partes do território consideradas improdutivas – como o Cerrado e a Amazônia –, modernizar os métodos de produção e diversificá-los. Para isso, houve investimento no desenvolvimento técnico e científico, pois para atingir as metas era necessário a utilização de fertilizantes, mecanizar as atividades agrícolas, pesquisas topográficas etc. Assim, “as formas tradicionais e familiares de produção deveriam ser superadas em prol do desenvolvimento de uma agricultura moderna, de base empresarial” (Fernandes, 2020, p. 129).

O PED instituído no fim da década de 1960 foi fundamental para o planejamento dos programas que foram desenvolvidos no decorrer da década de 1970. Ele serviu como sustentação para que os planos econômicos fossem elaborados, definindo os objetivos, as estratégias e os órgãos responsáveis para sua execução. As ações dos planos econômicos não apenas fortaleciam as empresas privadas, mas também era executado e financiado por elas, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), sistema público de pesquisa agropecuária, contava com assistência técnica de empresas privadas como a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

A década de 1970, em especial os primeiros anos, é marcada por uma política de redescoberta e avanço para os interiores considerados “vazios”, a atenção no momento se concentra em ocupar econômica e popularmente esses locais. Diante disso, planos integradores foram criados pelo governo federal buscando incorporar os estados na economia nacional. Assim, “as políticas de integração – um dos ‘objetivos permanentes’ do Estado brasileiro – se traduziriam em ações específicas para a ‘modernização autoritária’” (Fernandes, 2020, p. 128). Desse modo, no diagnóstico da economia mineira produzido em 1978, é definido que

O planejamento regional foi incrementado, notadamente, com o surgimento de entidades como a SUDENE, incumbida de promover o desenvolvimento de áreas desfavorecidas ou comprometidas pela própria natureza. Então surge, em 1967 o Decreto-Lei n 9 2005 dispondo sobre a organização da Administração Federal, e estabelecendo diretrizes para a Administrativa. De clareza singular, o referido ordenamento evidencia a imperiosa necessidade da reorganização e adequação da máquina pública, na consecução do planejamento. Assim, os princípios fundamentais que deveria observar a Administração Federal, no cumprimento das suas atividades. São eles: o planejamento, a coordenação, a descentralização, a delegação de competência e o controle. Impondo à ação governamental o exercício do planejamento, para desenvolvimento econômico e social do País e segurança nacional, estabelece que a ação do Poder Executivo deve obedecer aos programas gerais, setores e regionais, de duração plurianual, elaborados através dos órgãos de planejamento, sob a orientação a coordenação superiores do Presidente da República. Diagnóstico da Economia Mineira (Buzelin, 1978, p. 8)

O Cerrado foi articulado através de planos governamentais como o POLOCENTRO, sendo o mais importante programa regional ordenado pelo II PND, e o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados), feito em conjunto com o Japão; ambos incluíam Minas Gerais na sua área de atuação. Os planos “tinham como característica central a aplicação do capital estrangeiro durante a sua execução, a articulação proveniente do Estado e o estreitamento dos interesses da burguesia urbana e burguesia rural” (Carvalho, 2019, p. 2).

Pires (2000), defende que o Cerrado foi definido como opção estratégica por dois principais fatores, o primeiro refere-se à baixa das atividades econômicas ali desenvolvidas, a economia no local era voltada à subsistência local. O segundo fator envolve as condições físicas e climáticas da região, as áreas recebiam bem os avanços tecnológicos que estavam se desenvolvendo.

Os planos, visando garantir lucratividade, eram implementados de forma predatória ao meio ambiente. Além disso, em seu corpo, os planos apresentavam não apenas o interesse de desenvolver a economia, mas também de promover a ocupação demográfica, algo entendido como um problema a ser solucionado, causado pela estrutura agrária (Carvalho, 2019). A produção destinada a atender o mercado exportador desfavorece os pequenos proprietários rurais locais.

Além do mais, cabe ressaltar que o desenvolvimento agropecuário mobiliza setores diversos, como o financeiro por meio dos bancos; de infraestrutura por meio de obras como estradas, pontes e implementação de energia; o científico tecnológico; e o setor social, ainda que em menor escala.

Um importante aspecto da economia ditatorial é o período definido como “milagre econômico”, que durou até aproximadamente 1973. Até então, o setor industrial apresentava altos índices frente a agropecuária. Contudo, após a crise posterior ao período, o cenário foi modificado em favor dos setores agrários (Carvalho, 2019). No fim da década de 1970, diante das mudanças econômicas que vinham ocorrendo, o governo, buscando controlar a inflação, alterou a tática do incentivo à produção agrícola, adotando a partir de então a política dos preços mínimos (Beitum, 2012)².

No estado de Minas Gerais, a política estatal expressou a influência da articulação capitalista que ocorria entre o governo nacional com os interesses internacionais. Em função disso foi formulado um sistema de planejamento que envolve diferentes órgãos e instituições (Shikida, 2022). Entre eles, destaque o Conselho Estadual de Desenvolvimento Minas Gerais (CEDE/MG), formado pelo setor público e privado voltado para estratégias de desenvolvimento econômico; a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEPLAN, 1965); a RuralMinas (1966), empresa de regulação fundiária e colonização, que tinha como função planejar e executar planos econômicos; a Fundação João Pinheiro (FJP, 1969), instituição de direito privado com fomento de recurso público criada pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e destinada à pesquisa aplicada nos campos da economia, da administração e da tecnologia; a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG, 1974) e o já existente instituto Técnico de Extensão Rural, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER).

Em 1966 ocorreu uma reforma administrativa que buscava modernizar a administração estatal. Entre os objetivos estavam garantir a qualidade do serviço público, melhorar o corpo técnico, racionalizar a administração e promover a elaboração de planos estruturados por meio de dados científicos (Shikida, 2022).

Em 1967, o então presidente do BDMG, nomeado pelo governador Israel Pinheiro, liberou a venda de 50% das ações de empresas públicas que não eram controladas em sua totalidade pelo Estado, entre elas a Companhia de Energia Elétrica de Minas Gerais (CEMIG), a Usiminas e a Cia Vale do Rio Doce. Entre os investidores destacam-se o Banco de Crédito Real do Estado de Minas Gerais (Credireal) e agentes do capitalismo financeiro internacional. A ação proporcionou controle direto do capital privado nas empresas estatais.

2 A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), utilizada durante a ditadura militar, buscava proteger os produtores rurais de oscilações de mercado ao garantir um valor mínimo dos produtos, fortalecendo o setor agrícola.

Dentro do contexto do PED, o BDMG lançou em 1968 o *Diagnóstico da Economia Mineira*, que tinha por intuito analisar a situação econômica do Estado. O estudo constata que a região noroeste apresentava um dos menores índices econômicos, assim como uma pequena densidade populacional. Embora os dados fossem considerados insatisfatórios, a área foi avaliada com alto potencial para o desempenho das atividades ligadas à agropecuária. Até então a economia da região era marcada pela pecuária extensiva, mais precisamente a bovina para corte, sendo os setores agrícola e industrial praticamente inexistentes (FJP, 1980).

O desenvolvimento e modernização do noroeste do estado foi estruturado pelo governo mineiro através do I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES) e do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste de Minas Gerais (Planoroeste I). O segundo utilizou investimentos que foram alcançados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e executado pela Ruralminas.

O Planoroeste I, projetado em 1970, tem como principal intuito o desenvolvimento rural de uma área de 114.000 km², envolvendo uma população de 45.000 habitantes (SEPLAN, s.d.), e apresenta entre seus objetivos o desenvolvimento regional por meio da expansão da fronteira agrícola, formação de núcleos de colonização, e integração com a economia estadual e nacional. Seu planejamento integrava o quinquênio de 1972-1976, e se estruturava em três componentes: Infraestrutura de Transportes, Infraestrutura de Eletrificação e Núcleos de Colonização.

Ao todo, somam vinte e quatro municípios incluídos no projeto, entre eles Itacarambi, com a área de 2.567 km², onde se localiza o povo indígena Xakriabá. O município também está incluído na ação de nível federal da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)³. De acordo o documento intitulado *Avaliação do I Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste de Minas Gerais*, produzido pela FJP, o investimento inicial corresponde a U\$56.000.000,00, sendo U\$27.000.000,00 de recursos internos e U\$29.000.000,00 do BID. Entretanto, ao final o valor foi 74.396.400,00, em que U\$48.530.800,00 foi valor interno e U\$25.865.600,00 do BID.

As obras de construção de estradas e implementação de energia elétrica foram priorizadas no desenvolver do Planoroeste I. Isso se deu pela compreensão de tratar de fatores fundamentais para o desenvolvimento da região e permitir sua integração na economia mineira (FJP, 1980). A CEMIG, através da ERMIG, que até 1970 só atendia três municípios locais, passou a atender outros sete já no início da década, Itacarambi entre eles.

Considerando os três norteadores do Planoroeste I – infraestrutura de transportes, infraestrutura de energia e colonização – foram alcançados as seguintes obtenções: expansão da malha rodoviária, tanto rodovias federais, estaduais e municipais, quanto estradas rurais; e construção e implantação de novas linhas de transmissão de energia, assim como criação de estações e subestações de energia, cujo fornecimento era dirigido para as atividades agropecuárias, as indústrias criadas e o setor doméstico.

Acerca dos núcleos de colonização, estes tiveram relativa perda de importância se comparado aos outros dois componentes. Isto ocorreu pois o incentivo da ocupação passou para médias e grandes empresas com o apoio de incentivos fiscais e creditícios, além da implementação de fazendas e

3 A SUDENE é uma autarquia federal criada em 1959 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio de incentivos fiscais, crédito e apoio a projetos estratégicos. Sua área de atuação abrange todos os estados nordestinos, além de municípios do Espírito Santo e norte de Minas Gerais.

agroindústrias em áreas destinadas inicialmente à colonização. Nesse sentido, os colonos que foram para a região receberam lotes de terra, assistência técnica e extensão rural, mas não contaram com assistência social (FJP, 1980).

No documento *A Experiência do Estado de Minas Gerais na Implementação de Programas de Desenvolvimento Rural* é relatado que

A avaliação final do Plano mostrou que, após sua implementação, os seguintes resultados foram alcançados: 99% das estradas de penetração, 134% das pontes previstas, 96% das estradas rurais, 101% das linhas de transmissão de energia, 90% das subestações, 100% das metas do sistema de telecomunicações, 83% do número de colonos a serem assentados e 81% da meta de incorporação de terras, através da colonização (SEPLAN, s.d.).

No referente à industrialização, é apontado pela *Avaliação do Planoroeste I* que se trata da implementação de empresas de grande porte, e que suas principais motivações são referentes aos incentivos fiscais e creditícios, aqui ocorridas também pela ação da SUDENE. Ao fim da década de 1970, após a experiência do Planoroeste I, as intensas transformações puderam ser averiguadas,

Caracterizado pela quebra da hegemonia da pecuária bovina de corte, paralelamente a um significativo desenvolvimento de uma agricultura comercial, da pecuária leiteira e da indústria. Neste processo, a atuação do setor público federal e estadual foi de fundamental importância, através de investimentos em infraestrutura, de programas especiais de créditos e de incentivos fiscais à agropecuária e indústria, da implementação de projetos de colonização e irrigação, e finalmente, da prestação de serviços básicos de apoio à atividades da agropecuária. (FJP, 1980, p. 238)

Ainda na década de 70, considerando o sucesso do Planoroeste I, é produzida pela FJP uma nova etapa do Plano de Desenvolvimento do Noroeste, o Planoroeste II. Em seu texto oficial é transmitido que o mesmo pretende operar em diversos setores, visando o desenvolvimento da região integrada a outros planos interestaduais, contando com 18 projetos dentro dele (SEPLAN, s.d.).

As estratégias e metas do Planoroeste II foram desenvolvidas seguindo as condições econômicas do período. O valor total do investimento foi no valor de U\$148.000.000,00 sendo U\$60.000.000,00 do BID, U\$48.000.000,00 do Estado e U\$40.000.000,00 do Sistema Nacional de Crédito Rural (SEPLAN, 1988). O projeto inicial sofreu diversas alterações, sendo a mais notável a mudança no crédito rural para o investimento direto em atividades selecionadas e nos subsídios agrícolas.

O projeto do Planoroeste II trata da intenção de manter o projeto de colonização previsto pelo Planoroeste I. Nele, os colonos receberiam a irrigação de suas terras, haveria continuidade na eletrificação rural e na construção de estradas e de infraestrutura para a telefonia rural. Mas assim como no primeiro plano de desenvolvimento, apesar de apresentar um projeto com ênfase aos produtores rurais de baixa renda, a aplicação tendeu a favorecer os grandes fazendeiros e proprietários (Fernandes, 2020).

As medidas fomentadas pelos planos de desenvolvimento e a expansão das atividades agrícolas promoveram uma nova condição espacial que desconsiderou toda a vastidão cultural e organizacional dos grupos que historicamente ocupam a região. Todas as medidas citadas tomadas pelo governo de Minas Gerais no que tange administração, economia e planejamento, assim como os órgãos criados, impactaram o povo Xakriabá no período.

EFEITOS DA POLÍTICA ECONÔMICA NO POVO INDÍGENA XAKRIABÁ

As políticas econômicas implementadas durante a Ditadura Militar (1964-1985) imprimiram uma nova realidade no âmbito rural brasileiro, em que tudo aquilo que fugia da lógica capitalista imposta estava sob ameaça. Ainda no contexto, os povos indígenas e populações rurais foram alvo de uma série de violências e opressões, além de serem entendidos como um empecilho para o desenvolvimento nacional, como realçam Cabral e De Moraes (2020).

Os modos de vida das comunidades tradicionais conflitavam com a política econômica imposta e as transformações advindas dela. Ademais, os territórios ocupados por essas populações passaram a ser alvo de interesses desenvolvimentistas, gerando conflitos inconciliáveis. As ações empreendidas pelo Estado tinham por consequência o deslocamento de grupos indígenas e invasão de território. Seus projetos de infraestrutura alteraram a dinâmica socioambiental de comunidades, e observa-se um esforço político de integrar os povos indígenas à comunidade nacional, ignorando os efeitos dessa integração (CNV, 2014).

Quanto a isto, “considerando-se a natureza desses projetos, os povos indígenas e comunidades tradicionais passaram a representar, do ponto de vista do Estado, um dos principais entraves para a efetivação de seus objetivos” (Fernandes, 2020, p. 129). Contudo, é importante destacar que nem o período e tampouco o território nacional teve uma experiência homogênea e linear, e as questões que se apresentam diante desse quadro são complexas e não podem ser tratadas de forma reducionista.

Durante a Ditadura, a definição de quem era ou não indígena determinava o alcance aos direitos específicos, à assistência e ao território, sendo responsabilidade do Estado atestar a identidade desses grupos. A relevância desse processo reside no fato de que aqueles que não fossem reconhecidos como indígenas não teriam acesso à seguridade das Terras Indígenas (TI), estas ficando, então, disponíveis para a concretização dos planos econômicos agrários e de infraestrutura que avançavam para os interiores.

Ao que tange o povo indígena Xakriabá, estes foram negligenciados pelas políticas indigenistas ao longo do século XX e mantiveram tal condição durante o período ditatorial. Sendo caracterizados como “camponeses comuns” por parte do Estado, suas terras foram tornadas devolutas, e consequentemente destinadas à implementação de planos econômicos voltados ao desenvolvimento capitalista no noroeste mineiro durante a Ditadura.

A Ditadura Militar é percebida pelos Xakriabás como o *tempo da luta pela terra*, ou *guerra dos 18 anos* referindo-se ao período de atividade da Ruralminas em seu território (1969-1987) (COVEMG, 2017). Essa percepção se dá pelo reconhecimento da agressão e das políticas repressivas associadas aos projetos desenvolvimentistas, com destaque ao Planoroeste I e o Planoroeste II. As ações orquestradas pela Ruralminas e o estado de Minas Gerais desconsideravam tanto a ocupação indígena quanto a cultura dos Xakriabá. Diante disso, o que se atesta na década de 1970 e 1980 é uma sequência de violências legitimada pelo Estado (Fernandes, 2020). Ao tratar sobre tal aspecto, identifica-se o impacto do modelo econômico sobre o povo Xakriabá. Posto isso, destaco três principais nuances do avanço capitalista para eles: impacto territorial, impacto sociocultural e impacto ambiental.

O impacto territorial surge das medidas realizadas pelos Programas de Desenvolvimento. O Planoroeste I e II acarretou em mudanças significativas no espaço rural de Itacarambi, sendo o território Xakriabá entendido como parte desse espaço rural passível de ser remodelado.

O objetivo de modernizar a economia utilizava como estratégia o incentivo à colonização, construção de obras de infraestrutura – eletrificação, estradas, pontes, barragens etc. – e transformação da atividade pecuária extensiva e agricultura de subsistência desenvolvida tradicionalmente em uma agropecuária que atendesse o mercado e a construção de agroindústrias. Como apontado anteriormente, embora os planos apresentem em sua estrutura e objetivos ênfase nos colonos e proprietários de baixa renda, o que se percebe na prática é um favorecimento aos grandes proprietários de terra e às empresas que estavam se estabelecendo na região.

Para tratar acerca do impacto territorial é necessário que se examine a diferença na atribuição de significado entre território e cerrado para o Estado e para o povo Xakriabá. Enquanto as políticas estatais visualizaram o cerrado como um espaço vazio a ser ocupado e desenvolvido por meio da exploração dos seus recursos naturais e exploração da mão de obra dos trabalhadores que ali viviam e passaram a viver, o povo Xakriabá entende o território como uma extensão de si, como fonte de sustento para sua cultura e como habitação tanto para eles quanto para os seres encantados, percebendo tudo como interdependente e inseparável (Paraíso, 1987). No que se refere o entendimento de terra para os povos indígenas, Oliveira pontua que

Esta é entendida como bem comum, que lastreia o sentimento de pertença de seus habitantes; é ocupada coletivamente; está ligada à produção e reprodução da cultura do indígena e do próprio indígena; e se concebe como sagrada e dádiva. A compreensão de algo que foi doado (presenteado) se realiza impreterivelmente no uso de um bem, que não pode ser adquirido monetariamente, pois, o presente traz uma parte do presentador (espíritos protetores ou deuses), uma relação de reciprocidade, o que por sua vez também explica a concepção de que a terra é sagrada. (Oliveira, 1994, p. 67)

A Ruralminas estimulou uma nova dinâmica territorial ao povo Xakriabá. Em 1970 foi proposto a oferta de lotes individuais aos *remanescentes indígenas*. Entretanto, a ocupação e utilização da terra de forma isolada não faz parte do repertório dos Xakriabás, o que contrasta com sua concepção de vínculo coletivo e territorial (Fernandes, 2020).

Outro aspecto do impacto territorial remonta ao projeto de colonização que significava, portanto, a presença da população não indígena dentro do Território Xakriabá. No relatório da SEPLAN/MG acerca da execução do Planoroeste é apontado que foi obtido um êxito de 83% da colonização planejada, e os colonos eram beneficiados com títulos de Terras em áreas ocupadas pelos Xakriabá. Frente a isso, a grilagem de terras torna-se comum, acarretando em consequências severas para os indígenas. No relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais (COVEMG, 2017) é afirmado que

A prática da grilagem de terras acabou sendo estimulada por essas políticas estatais, que ocorria tanto pelo uso sistemático de violência, com a expulsão dos indígenas de determinadas áreas, como pela compra de pequenas posses, a partir das quais terrenos muito maiores foram cercados. (COVEMG, 2017, p. 1008)

Posto isto, a grilagem é então estimulada pelas políticas estatais. Para garantir sua obtenção, os grileiros, definidos como colonos pela Ruralminas, utilizam de violência física e psicológica, aqui representadas por ameaças, intimidação, perseguição e discriminação (Fernandes, 2020). Para além disso, não raro ocorria daqueles Xakriabás que tinham sua propriedade regulamentada serem coagidos a vender sua terra, o que leva a duas problemáticas; a primeira refere-se ao sentido atribuído ao dinheiro, sendo que o valor cobrado era aquém do preço real; e a segunda é o cercamento do terreno,

sempre maior do que o acordado. De tal modo, “a intervenção da Ruralminas produziu um contexto de vulnerabilidade do povo Xakriabá com respeito à garantia do direito à terra, deixando os indígenas à mercê da coação de grandes e pequenos proprietários” (Fernandes, 2020, p. 67).

Outrossim, os colonos, chamados de “baianos” pelos Xakriabá, não possuíam as mesmas oportunidades de ocupação das terras como os fazendeiros e empresários ali presentes, provocando, dessa forma, uma invasão profunda no território indígena. Portanto, havia um fluxo forçado para as áreas de moradias e para as roças dos Xakriabá, criando novos conflitos (COVEMG, 2017).

Não obstante, ocorria a modificação do território por meio das obras erguidas, como a construção de estradas que atravessavam as TIs, a construção de barragem em municípios vizinhos, a exploração dos rios para projetos de irrigação, o desmatamento da vegetação nativa do cerrado, entre outros. Esses aspectos impuseram uma reestruturação do modo de vida dentro do território. Com as transformações territoriais ocorridas no período, a área atualmente ocupada pelo povo Xakriabá deixou de ter acesso direto ao Rio São Francisco. Essa desconexão territorial acarreta não apenas impactos de ordem material, mas também repercussões significativas nos aspectos culturais da comunidade. Diante disso, Célia Xakriabá afirma

A ausência do rio em nosso território tem um impacto direto em nossa cultura, território, alimentação e em nossa própria relação com o rio. Essa negação do direito ao acesso pode ser pensada como a retirada violenta de um filho recém-nascido do núcleo familiar, arrancado dos braços da mãe quando ainda dependente da alimentação do leite materno. Ainda que busque outros meios para suprir essa necessidade e sobreviver com a perda, cresce sem a força da amamentação. Assim é o nosso povo Xakriabá, que também cresce, constrói caminhos estratégicos alternativos, mas assim como o filho que é retirado do direito de ser alimentado com leite materno, cresce com ausências. Estas ausências se convertem em resistências e novas forças (Xakriabá, 2018, p. 26)

O segundo âmbito a ser tratado é o impacto sociocultural, abrangendo aspectos da sociabilidade e da cultura e dos mitos cosmológicos. Maria Hilda Barqueiro Paraíso (1987) destaca que os avanços sobre os Xakriabá por parte dos agentes públicos e privados não afetam apenas o corpo e território indígena, mas também a sua cultura. É negado ao Xakriabá a manutenção do seu modo de existir, toda manifestação da sua identidade era reprimida violentamente pelos interesses privados, com uso da força estatal e policial. Juliana Ventura de Souza Fernandes expõe que

Nesse sentido, o efeito provavelmente mais pernicioso da ação da Ruralminas seria o de conceder permissão (pelo menos, simbólica) para a prática de violência em larga escala contra os Xakriabá, contemplando a repressão aos costumes, à “cultura” e aos corpos. Essas violências seriam exercidas principalmente por grandes fazendeiros, que não raramente estiveram associados a agentes públicos das Polícias Militar e Civil. (Fernandes, 2020, p. 69)

O impacto cultural reverberou em diferentes esferas, dentre eles, no “circular” Xakriabá. A circulação não se restringe a uma movimentação física, mas envolve significados profundos vinculados à vida coletiva, à espiritualidade e acesso a fontes naturais do território, como aos rios, às matas, às ervas medicinais, aos frutos, aos locais sagrados e ao habitat dos encantados. Célia Xakriabá pontua em sua dissertação (2018) que o povo Xakriabá entende a importância dessa movimentação livre como algo essencial para a manutenção da sua cultura, dos saberes tradicionais e da espiritualidade, isso sustentado na socialização possibilitada pelo “circular”.

No decorrer da Ditadura, esse movimento ficou restrito mediante a violência e ameaça dos fazendeiros e de forças policiais, impedindo-os de acessar lugares sagrados, plantas medicinais e afetando também sua relação com os encantados. No mais, o “circular” se configura também como aprendizagem, desde a infância os Xakriabá percorrem longas distâncias sozinhos, e diante disso desenvolvem autonomia, vínculo com o território e integração entre famílias. Perante isso, impedir tal prática fere elementos centrais para a identidade e organização sociocultural do povo Xakriabá. O impacto cultural é uma continuidade do impacto territorial. Isto posto, Fernandes expõe que

Para os Xakriabá, o Cerrado, bem como os encantamentos que nele se agenciam, não podem ser tomados como “representações” de um mundo, mas como componentes da própria definição de um mundo que obedece a categorias epistêmicas diversas das empregadas pela historiografia, em sua escrita mais convencional, e pelo Estado. Nesse sentido, não há desarticulação possível para o caso Xakriabá entre corpos indígenas, “cultura” e “Cerrado”, todos elementos fundamentais nos agenciamentos da “guerra”. (Fernandes, 2020, p. 223)

O impedimento da circulação ocorre pela invasão e ocupação do território, pela repressão dos fazendeiros por meio dos capangas e coligações com forças policiais, pelo fechamento de estradas utilizadas pelos Xakriabás e pelo cercamento de aldeias. Ocorria também o impedimento de circular para fora do território Indígena, impedindo-os de alcançar meios para denúncia das condições em que estavam inseridos. Como ressalta De Souza Fernandes, “as constantes invasões de seu território conduziram, como discutido, à necessidade de uma retomada da circulação do povo Xakriabá para fora de suas fronteiras territoriais, em busca de direito” (Fernandes, 2020, p. 97). O cerceamento da circulação representa, então, uma ameaça à manutenção da identidade indígena e à continuidade de práticas tradicionais (Paraíso, 1987).

Uma outra alteração cultural diz respeito ao relacionamento dos Xakriabás entre si e em alguns casos entre eles e o território. A partir da “monetarização” aplicada sobre a terra e a pressão exercida sobre os Xakriabás para cederem às suas terras e aderirem aos lotes individuais, ocorreu um processo de fragmentação territorial. Alguns indígenas optaram por aceitar a proposta da Ruralminas, ação entendida como um enfraquecimento da coesão da sociedade Xakriabá, parte central da sua cultura.

Para além disso, ao desconsiderar o direito ao território Xakriabá, o regime ditatorial os torna vulneráveis às investidas dos fazendeiros e grileiros, e os obriga a deslocar-se dentro do território. A partir disso, há dificuldade ou impossibilidade de acesso aos espaços sagrados e de realização de seus rituais (COVEMG, 2018; Xakriabá, 2018). De tal modo, a conexão com o cerrado e o acesso aos elementos que o compõem são afetados, sendo estes basilares para sua cosmovisão (COVEMG, 2017). O contato dos Xakriabá com o cerrado alimenta seu corpo físico, comunal e espiritual, ao passo que a vulnerabilidade de um resulta na de outro. Assim, Célia Xakriabá afirma que

O compartilhamento da vida em comunidade também funciona para nós como um alimento. Da mesma forma, quando nos é negada a terra é como uma arma que também extermina o nosso povo. A cultura alimenta a alma, a agricultura alimenta o corpo, a comunidade alimenta a vida bem vinda. (Xakriabá, 2018, p. 71)

O terceiro ponto é destinado ao impacto ambiental dentro do território Xakriabá. Os objetivos da política econômica mineira, ao desenvolver os planejamentos de desenvolvimento econômico para o noroeste mineiro, alegam cuidado e zelo para o meio ambiente, buscando promover uma alteração

ao meio rural que não implique na degradação ambiental (SEPLAN, s.d.). Todavia, à medida que o Planoroeste I e II foram implementados, são sentidos pelo povo Xakriabá os impactos ambientais e a intensificação da exploração impulsionados pela expansão agrária (COVEMG, 2017).

A exploração dos rios para os sistemas de irrigação, para o fomento da agroindústria e para a produção da pecuária intensiva afeta os níveis dos rios, em especial nos períodos de seca, comprometendo a integridade física dos Xakriabás, como também a plantação das suas roças e a utilização da água no seu dia a dia. Na década de 1980, a construção de uma barragem pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) com financiamento do BID atingiu parte da área Xakriabá, com isso impedindo acesso a áreas de plantio e prejudicando os meios de obtenção de água (COVEMG, 2017).

A derrubada das matas e a introdução de novas culturas agrícolas desencadearam um processo de degradação ambiental e transformações significativas no ecossistema local. Esse cenário comprometeu diretamente as práticas tradicionais de subsistência dos Xakriabá, como a agricultura, a caça e a coleta, tornando-as insustentáveis e dificultando o acesso a uma alimentação digna.

Segundo Mailson Barros (2019), muitos animais se encontram atualmente em risco de extinção, resultado da caça fora de época e sem controle. Além disso, o desmatamento provocado pela expansão da monocultura e pela criação de gado contribuiu para a redução do período de chuvas e o aumento das temperaturas nas últimas décadas, afetando profundamente a relação da comunidade com o meio ambiente. Por conseguinte, “a devastação da reserva florestal vinha trazendo consequências danosas para o ecossistema da região, gerando mais dificuldades de subsistência aos indígenas: má alimentação, depauperamento físico e doença” (Fernandes, 2000, p. 148).

Quanto ao impacto ambiental, é necessário apontar que ecoa em outros aspectos da vida social do povo Xakriabá. O impedimento de trabalhar nas suas terras e a destruição das fontes naturais dos seus modos de subsistência implicam em uma marginalização frente à sociedade nacional⁴ e aqueles que ocupavam seus territórios, afetando também a autonomia do existir Xakriabá e a manutenção das suas tradições (Paraíso, 1978).

Perante a isso, o avanço exploratório do desenvolvimentismo, a alteração intensa do espaço e do meio ambiente e a utilização de defensivos agrícolas, de mecanização e de componentes químicos formularam um cenário socioambiental fragilizado. Sendo assim, a exploração e degradação ambiental significa também uma degradação sociocultural ao povo Xakriabá, tal como uma violação dos seus direitos.

Nesse contexto, frente aos impactos e violências em que se percebiam, o povo Xakriabá iniciou um processo de resistência, luta pela terra e, conseqüentemente, luta por reconhecimento de identidade e manutenção cultural (COVEMG, 2017). Esta resistência é composta por um movimento de retomada cultural e territorial diante dos avanços mobilizados pela Ruralminas e o governo de Minas Gerais. Assim, Fernandes expressa que

O tempo “luta pela terra” ou “da guerra” também contribuiu para um complexo processo de “retomadas”, que se refere não puramente ao que o mundo não-indígena poderia conceber como “terra”, como também da “cultura”, percurso que implica, como veremos, os que “foram”, os que “estão” e os “nem chegaram e nem sabem onde estão”. (Fernandes, 2020, p. 144)

4 Paraíso (1978) destaca que, embora não fossem plenamente reconhecidos como indígenas, o povo Xakriabá ainda era alvo de exclusão social, sendo frequentemente classificado como ‘caboclo’ ou descendentes de indígenas, e não como membros legítimos da sociedade considerada nacional.

Em 1979 a TI Xakriabá foi demarcada, com a criação de uma reserva com 46 mil hectares, correspondendo a cerca de 1/3 do território doado em 1728. Entretanto, isso não significou a retirada dos invasores de dentro do território. Ao contrário disso, intensificou a disputa entre os indígenas e os grileiros, posseiros e fazendeiros, e a violência no momento atingiu um novo estágio, assim como as movimentações por parte do povo Xakriabá (COVEMG, 2017). Diante disso, Fernandes caracteriza que

De um lado, fazendeiros protagonizaram ofensivas cada vez mais violentas que foram vivenciadas na década de 1970, visando o acesso e a permanência na área. De outro, os Xakriabá, ocupantes imemoriais do território, com a demarcação, mais que nunca exigiam o direito de viver livre dos invasores. (Fernandes, 2020, p. 147)

No decorrer da década de 1980, os Xakriabá se organizaram em luta e em denúncia, e no ano de 1985 foi produzido pelos indígenas um documento nomeado *Denúncia feita por índios Xakriabá*. Nele são relatados os modos de violência com eles utilizados. De acordo o relatório da COVEMG, “destacam-se as ameaças de morte e intimidação, emboscadas, roubo de gado, prisões arbitrárias e torturas praticadas a partir da associação entre agentes públicos e privados. Ressalta-se também a presença de invasores” (COVEMG, 2017, p. 1017).

A despeito disso, os movimentos de resistência fazem contraposição à violência e aos impactos surgidos no cerrado, na sua cultura e em seus corpos. A “retomada” para a terra se trata, portanto, de uma luta complexa, que está para além de uma busca por direito ao espaço físico ou da pura e simples demarcação geográfica, ainda que esta aconteça através de derrubadas de cercas, destruição de plantios, e reocupação do seu território tradicional. A “retomada” do povo Xakriabá engloba a proteção e reavivamento da cultura, que como já colocado, não se separa do indivíduo nem do território (Oliveira, 1998).

À medida em que lutavam pelo seu território, pela garantia do reconhecimento da sua identidade e pelo fim da invasão e da implementação de projetos agrícolas e capitalistas em seu território, o povo Xakriabá se fortalecia por meio da mobilização de agentes e saberes cosmológicos. Nesse sentido, é definido por Fernandes que “retomar” passa a significar “resgatar”, mas também produzir um devir indígena do povo Xakriabá, que se relaciona não apenas com elementos conjunturais relativos à “guerra”, mas inclui as práticas dos “antepassados” e de “parentes” e a consolidação de um projeto de futuro (Fernandes, 2020, p. 202).

O fim da “guerra” ocorreu em 1987 no evento conhecido como *Chacina Xakriabá*, correspondendo ao assassinato de lideranças da comunidade indígena em consequência à série de conflitos que ocorriam desde 1969. Nela, os indígenas Rosalino Gomes de Oliveira, Manoel Fiúza da Silva e José Pereira Santana foram assassinados por capangas a mando do fazendeiro e grileiro da localidade, Francisco Assis Amaro. Após o assassinato das lideranças, ainda no ano de 1987 a TI Xakriabá foi homologada. O relatório da COVEMG sublinha que

A despeito da proporção da tragédia, a chacina teve como consequência um feito inédito na justiça brasileira. Foi a primeira vez que assassinos de indígenas foram levados a julgamento e enquadrados no crime de genocídio. Vinte e sete homens, considerados responsáveis pelo crime, encontravam-se presos em 1988, aguardando julgamento. (COVEMG, 2017, p. 1019)

Acerca das violências e ações pontuados no decorrer do texto, o relatório da COVEMG relata que tal atuação se dava por alianças entre agentes públicos – policiais militares e civis, funcionários de prefeitura, funcionários de órgão públicos e agentes indigenistas – e privados frente aos interesses de ordenamento capitalista. Além disso, a ideologia utilizada para justificar a Ditadura e o discurso de “segurança nacional” também foram mobilizados contra aqueles que manifestaram favoráveis à luta Xakriabá. Para elucidar tal questão, Fernandes averigua que

Pessoas que tinham a iniciativa de defender os ‘caboclos’, como são chamados os remanescentes dos ‘Xacriabás’, eram tachadas de ‘comunistas’ e ‘agitadores’”. Os fazendeiros acabaram mobilizando a retórica da subversão e suas bases anticomunistas para a defesa dos interesses econômicos que entendiam abalados. (Fernandes, 2020, p. 197)

Por fim, constata-se que, para o povo Xakriabá, a implementação dos planos desenvolvimentistas no noroeste mineiro resultou na subjugação dos seus direitos, cultura, identidade e território. Trata-se de uma violência incentivada e certificada pelo Estado em prol da certificação da expansão capitalista estabelecida pela Ditadura Militar. No mais, é importante destacar que existiam mecanismos legais para a proteção dos povos indígenas. No entanto, assim como outras instituições, o órgão indigenista estava alinhado à política do regime ditatorial vigente.

CONCLUSÃO

Para finalizar, referente ao produzido, destaco que a Ditadura Militar Brasileira é um evento complexo e composto por diversas nuances. Múltiplos são os efeitos promovidos pelo e durante o regime, e é preciso entendê-lo para além de seu caráter e suas intenções estritamente militares. A Ditadura brasileira concilia o autoritarismo à aplicação das mudanças econômicas dispostas pelo contexto do capitalismo global.

A política econômica adotada pela Ditadura, ao promover a ocupação dos espaços considerados vazios, assim como a construção de grandes obras, não se importou com os povos tradicionais desses territórios. Não se trata de não dimensionar ou negligenciar os impactos resultantes, mas de priorizar os interesses capitalistas sobre os corpos, as culturas e a existência desses povos. A violência privada e estatal praticada contra o povo Xakriabá é um eco das políticas econômicas da nova acumulação capitalista vigente na segunda metade do século XX.

Outrossim, os planos econômicos voltados para o noroeste mineiro não se sustentam em relação à sua teoria quando confrontados com sua aplicação prática; o foco na agricultura familiar e nos colonos de baixa renda, originalmente proposto em sua elaboração, não se concretizam ao longo de seu desenvolvimento. Diferente disso, os investimentos e incentivos – fiscais e financeiros – são ofertados às grandes fazendas e agroindústrias que suprimem a continuidade dos pequenos agricultores.

Os impactos são profundos, a identidade, sociabilidade e o espaço Xakriabá é ameaçado diante dos planos desenvolvimentistas. Mas, perante os desafios expostos, é na ancestralidade e cultura que eles se fortalecem e promovem a resistência. Os mutirões de retomada realizados ocupam não apenas um território físico, mas sobretudo um cosmológico e identitário, como reafirmação e resgate de quem são, das suas lutas e sua história.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Mailson Alves de. *A Relação da Comunidade Xakriabá com o Córrego Riacho do Brejo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.
- BEITUM, Rodrigo Valverde. *Crédito rural, agricultura e regime militar: a política de desenvolvimento agrícola (1965-1979)*. Dissertação (Mestrado em História), Assis: Universidade Estadual Paulista, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/2601671c-c7ed-4d46-9c69-609bb8ffd1ef>>. Acesso em 23 jun. 2025.
- BUZELIN, José Carlos. *Diagnóstico da economia mineira; setor público; aspectos institucionais; período: 1960 a 1977*. Belo Horizonte: Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, 1978.
- CABRAL, Rafael Lamera Giesta; DE MORAIS, Vitória Larissa Dantas. Os povos indígenas brasileiros na ditadura militar: tensões sobre desenvolvimento e violação de direitos humanos. *Direito & Desenvolvimento*, v. 11, n. 1, p. 106-122, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/1218>>. Acesso em 23 jun. 2025.
- CARVALHO, João Paulo Siqueira. Os programas de desenvolvimento agrícola para incorporação do cerrado no processo produtivo do Brasil. *Revista de Economia da UEG*, v. 15, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/economia/article/view/8875>>. Acesso em 23 jun. 2025.
- CARVALHO, João Paulo Siqueira. *Planejamento econômico durante a ditadura militar e seus desdobramentos sobre a economia goiana*. Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado), Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2020.
- COLETTI, Claudinei. Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil. *Lutas & Resistências*, Londrina, v. 1, p. 131-145, set. 2006. Disponível em: <<https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aeducacao/lr131-145.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2025.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, CNV. *Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas, Relatório (Volume II)*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_2_digital.pdf>. Acesso em 23 jun. 2025.
- COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS, COVEMG. *Relatório I*. Belo Horizonte: COVEMG, 2017.
- TOLENTINO, Michell Leonard Duarte de Lima. Da revolução verde ao discurso do PRONAF: a representação do desenvolvimento nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. *Cerrados*, v. 14, n. 2, p. 93-124, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5769/576960996006/>>. Acesso em 23 jun. 2025.
- FERNANDES, Juliana Ventura de Souza. *A “guerra dos 18 anos” – repertórios para existir e resistir à ditadura e a outros fins de mundo: uma perspectiva do povo indígena xakriabá e suas cosmopolíticas de memória*. 2020. 331 f. Tese (Doutorado), Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, FJP. *PLANOROESTE II: plano de desenvolvimento integrado da região noroeste do estado de Minas Gerais, plano diretor, 2ª etapa*. Belo Horizonte: FJP, 1980.
- IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

- IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.
- IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.
- LÊNIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. Campinas: Navegando Publicações, 2011.
- LOWY, Michel. *A Militarização do Estado na América Latina*. In: PADIS, Pedro Calil (Org.). *América Latina: Cinquenta anos de industrialização*. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 59-88.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografia das Lutas no Campo*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- PARAÍSO, Maria Hilda Barqueiro. *Laudo Antropológico: identidade étnica dos xakriabá*. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, 1987.
- PIRES, Mauro Oliveira. Programas agrícolas na ocupação do Cerrado. *Sociedade e cultura*, v. 3, n. 1, p. 111-131, 2000. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/459>>. Acesso em 23 jun. 2025.
- SANTOS, Selma de Fatima. A Questão Agrária no Brasil: da revolução verde ao agronegócio. In: NOVAES, Henrique Tahan; MAZIN, Angelo Diogo; SANTOS, Lais (org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. 3. ed. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2019, p. 39-58.
- SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL DE MINAS GERAIS, SEPLAN. *A experiência do Estado de Minas Gerais na implementação de programas de desenvolvimento rural*. Belo Horizonte: SEPLAN, s.d.
- SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, SEPLAN. *PLANOROESTE II: relatório final*. Belo Horizonte: SEPLAN, 1988.
- SHIKIDA, Aparecida Maciel da Silva (Org.). *Fundação João Pinheiro: 50 anos de história e memória: trajetórias de trabalho, projetos e contribuições para o desenvolvimento de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022. Disponível em: <<http://repositorio.fjp.mg.gov.br/items/c04e4c46-15df-4a47-a409-3d40f75a8e9b>>. Acesso em 23 jun. 2025.
- XAKRIABÁ, Célia Nunes Corrêa. *O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais), Brasília: Universidade de Brasília, 2018.